**[Ética: Casos Reais](https://computacaoesociedade.wordpress.com/2012/07/03/etica-casos-reais/)**

Publicado em [3 de Julho de 2012](https://computacaoesociedade.wordpress.com/2012/07/03/etica-casos-reais/)por [marivaldojunior](https://computacaoesociedade.wordpress.com/author/marivaldojunior/" \o "Ver todos os artigos de marivaldojunior)

Trazemos aqui, alguns casos envolvendo ética na área de computação.

**Continental Can**

Uma empresa de Connecticut que desenvolveu uma base de dados de pessoal, na qual incluiu todos os seus empregados. Entremeado entre os dados típicos de pessoal, a empresa incluiu um campo (denominado a propósito *red flag*), que sinalizava quando a aposentadoria estava se aproximando, ou quando o indivíduo já estava habilitado a requerer a pensão. Durante toda a década de 80, a “facilidade” (e bota aspas nisso) esteve ativa, e sempre que ela era sinalizada para alguém, a empresa o despedia, mesmo após décadas de serviços leais. Em 1991, uma corte federal em Newark, New Jersey, reconheceu o direito de ex-empregados, por demissão injusta, e determinou o pagamento de indenizações que chegaram ao montante de US$ 445 milhões.

**Revlon**

Em 1988, uma das maiores empresas de cosméticos do mundo, a Revlon, contratou uma pequena empresa de software chamada Logisticon Inc, para desenvolver o software de controle de estoque pela quantia de US$ 600.000. Em outubro de 1990, o vice presidente de desenvolvimento de software da Revlon, Nathan Amitait tentou romper o contrato alegando que o sistema tinha ficado “aquém das expectativas” Neste ponto, a Revlon devia a Logisticon US$ 180.000, mas não quis pagar até que o trabalho referente à primeira fase do contrato estivesse completo. O presidente da Logisticon Donald Gallagher acusou os outros sistemas da Revlon por qualquer defeito de funcionamento do sistema de estoque e reclamou o pagamento. A Revlon recusou.

As 2:30 da manhã do dia 16 de outubro de 1990, o pessoal de sistemas da Revlon relatou uma queda genaralizada no sistema de estoque. Um fax da Logisticon, no dia seguinte, relatou que a empresa tinha desabilitado o software na última noite, mas com todos os cuidados para não corromper nenhum dado. O fax dizia ainda que se a Revlon usasse ou tentasse restaurar o software*de propriedade da Logisticon* haveria uma possibilidade real de perda dos dados, pela qual a Logisticon não se responsabilizaria. O fax terminava dizendo que, quando e se um acordo fosse encontrado referente a pagamentos atrasados, o sistema poderia ser reestabelecido em poucas horas.

Durante os próximos 3 dias, as vendas dos dois centros de distribuição afetados foram interrompidas, resultando na perda de milhões de dólares, e na dispensa temporária de centenas de trabalhadores. O sistema foi restaurado pela Logisticon no dia 19. No dia 22 de outubro a Revlon entrou judicialmente contra a Logisticon acusando-a de interferência em relações contratuais, transgressão, roubo de segredos comerciais, quebra de contrato e garantia. Uma das alegações da Revlon era de que a Logisticon não mencionou no contrato a existência do dispositivo de morte súbita (ou a bomba no software) dentro do sistema comprado.

**Avanços Tecnológicos na AT&T**

Em março de 1992, quatro meses antes da discussão anual com o sindicato dos telefônicos, a AT&T anunciou que estava introduzindo tecnologia que iria eliminar um terço das 18.000 vagas de operadores de longa distância em 1994. O sindicato reclamou que o anúncio era apenas uma tática intimidatória planejada para amainar as reclamações sindicais por melhores condições de trabalho. Os planos da AT&T eram os de utilizar um software de reconhecimento de voz, para diminuir a necessidade de operadores humanos e permitir ao computador reconhecer uma série de respostas dos usuários a questões-chave formuladas pelo computador. Um novo algoritmo chamado “*word spotting*” permitiria reconhecer a fala, desde que ela fosse pausada. Os planos da AT&T previam a dispensa de 3000 a 6000 postos de trabalho de telefonista, e de 200 a 400 postos gerenciais, bem como o fechamento de 31 escritórios em 21 estados. Os telefonistas ganhavam entre 10.300 e 27.100 dólares anuais, com encargos trabalhistas de cerca de 1/3 desse total. A AT&T disse que nem todos seriam dispensados e em muitos casos haveria retreinamento e reaproveitamento.

**Privacidade do e-mail na Epson**

Em março de 1990, a administradora de e-mail da EPSON, Alana Shoars, demandou judicialmente seu (ex) empregador numa Corte Superior de Los Angeles, alegando invasão de privacidade de seu empregador Epson America Inc. Ela pediu 1.000.000 US$ em perdas. Em julho de 1990, Alana liderou um pedido de 700 empregados e aproximadamente 1.800 usuários externos, solicitando 75.000.000 US$ de indenização, porque eles tinham tido seus E-mails monitorados pela Epson. Alana disse que tinha sido despedida por ter argüido a política da companhia de monitorar e imprimir mensagens de e-mail. A Epson retrucou que a Sra Alana tinha sido despedida por ter aberto a conta do gerenciador de mails sem permissão. Muitas empresas alegam ter o direito de analisar as mensagens que fluem em seus sistemas porque são elas que pagam por tais facilidades pretendendo que elas sejam usadas apenas para negócios.

**Violação do painel eletrônico do Senado**

Em 2001, foi instaurada no Senado uma investigação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para apurar o envolvimento do senador Antônio Carlos Magalhães num episódio em que ele insinua que teve acesso às informações sigilosas de como votaram os senadores numa sessão secreta.

Passaram-se meses de apuração, que tiveram, inclusive, perícia da Unicamp (Universida de Campinas) para comprovar que a voz na conversa com Luiz Francisco era mesmo de ACM e que o painel fora de fato violado.

Durante as investigações, Regina Borges, diretora à época do Prodasen (Centro de Processamento de Dados do Senado), prestou depoimento em que afirmava que violou o painel de votação e imprimiu a lista de como votaram os senadores a pedido do líder do governo no Senado naquele momento, José Roberto Arruda (DF). Segundo Regina e Arruda, a ação foi articulada por orientação de ACM, que presidia o Senado à época.